



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas**

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Educação e Política Social.

Sub-eixo: Políticas públicas para a educação.

Tempo integral na educação infantil: o que dizem as famílias?

Franceila Auer¹

Vania Carvalho de Araujo²

A partir do reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996), debates e pesquisas vêm qualificando a percepção da sociedade em relação à educação infantil, ainda que tais evidências não tenham se estendido, significativamente, ao contexto de sua oferta em tempo integral. Utilizando os estudos de Sarmiento (2015) desenvolvidos a partir dos referenciais de Cardona (1997), Khulmann Jr (1998), Becchi; Julia (1998), parafraseamos as razões históricas que justificaram a oferta de educação infantil em tempo integral: dar suporte aos pais trabalhadores; propiciar o contato das crianças das classes populares com experiências culturais; protegê-las da violência social e doméstica. Historicamente, a jornada em tempo integral nas creches, grosso modo, se constituiu como uma resposta a nova institucionalidade moral, econômica e social emergente no país e à vasta utilização do trabalho feminino (KUHLMANN JR, 2000). Cabe aqui ressaltar que, em pesquisa realizada por Araújo (2015) em dez municípios capixabas sobre as práticas e as estratégias de atendimento da educação infantil em tempo integral nas creches e pré-escolas públicas urbanas e rurais, foram observadas algumas ambiguidades no processo de matrícula, onde a vulnerabilidade e o risco social das crianças e de suas famílias bem como a comprovação das mães trabalharem fora do lar aparecem determinantes na seleção das crianças para

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestranda em Educação da Linha de Pesquisa “Educação, Formação Humana e Políticas Públicas” do Programa de Pós-graduação em Educação da UFES. E-mail: auerfranceila@gmail.com.

² Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

frequentarem o tempo integral. Diante desse contexto, este trabalho de iniciação científica, teve como objetivo analisar as motivações e as expectativas das famílias ao matricularem seus filhos em tempo integral na educação infantil. A partir do estudo realizado por Araújo (2015), desenvolvemos uma análise descritiva e explicativa dos dados coletados nos 86 questionários semiestruturados dirigidos às famílias. Sistematizamos os dados e estruturamos três categorias analíticas: “Motivações”; “Expectativas”; “Critérios de matrícula”. Quando questionadas sobre as “Motivações” da matrícula na educação infantil em tempo integral, evidenciou-se o *trabalho*, sobretudo, da mãe, isto demonstra que o tempo integral continua a se constituir um dispositivo da mulher trabalhadora (ARAÚJO, 2015). Para além de atender as reivindicações das famílias em relação ao *trabalho*, as famílias também ressaltaram o *aprendizado* e a *socialização* como importantes motivações educacionais para a matrícula, tendo como horizonte o *desenvolvimento* das crianças. Quanto às “Expectativas” das famílias em relação à matrícula das crianças na educação infantil em tempo integral, o *cuidado* apareceu de forma mais evidente. Sem querer subestimar a *proteção* e a *provisão social* das crianças atribuídas pelas famílias à educação infantil em tempo integral, o espaço da educação infantil necessita de uma dinâmica de trabalho que oportunize múltiplas experiências educativas (ARAÚJO, 2015). Quanto aos “Critérios de matrícula” adotados para o acesso a educação infantil em tempo integral, parte dos sujeitos entrevistados entende que estão condicionados à *situação socioeconômica das famílias*. Compreendemos que a matrícula na educação infantil em tempo integral deveria ser oportunizada para todas as crianças, sem requisitos de seleção. Para além dos critérios de matrícula, das expectativas e das motivações das famílias em relação à matrícula, é possível inferir que as famílias sentem-se acolhidas nesses espaços, compreendendo que seus filhos desenvolvem importantes atividades de convivência e de aprendizagem. Por fim, os dados apresentados não objetivam generalizar questões referentes ao contexto da educação infantil em tempo integral, mas provocar reflexões que demonstrem a importância de novos estudos dessa temática.

Palavras-chave: Educação infantil. Tempo integral. Famílias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vania Carvalho de. O tempo integral na educação infantil: uma análise de suas concepções e práticas. In: ARAÚJO, V. C. de. (Org.). **Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. Vitória: EDUFES, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/jun./jul./ago.2000.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Para uma agenda da educação da infância em tempo integral assente nos direitos da criança. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). **Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. Vitória: EDUFES, 2015. p. 59-91.